

MUNICÍPIO DA BRAVA
Assembleia Municipal

Deliberação n.º 05/2025

Sumário: Aprovando o Plano de Acesso à Energia Sustentável e de Ação Climática (SEACAP) pelo Município da Brava.

De 16 de maio de 2025

A Assembleia Municipal da Brava, reunida na sua IIª Sessão Extraordinária de 2025, no Salão nobre dos Paços do Concelho, com Sede na Cidade de Nova Sintra, no dia 16 de maio de 2025, deliberou, aprovar o Plano de Acesso a Energia Sustentável e de Ação Climática - SEACAP, com 13 (treze) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 0 (zero) abstenções.

Extraído por, João Paulo Gomes Rocha da Silva, Secretário da Assembleia Municipal.

Conferido pela Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, *Ivone Delgado Cardoso*.

1.1 Enquadramento do projeto e objetivo do SEACAP

O aquecimento global, e o consenso de que a sua existência se deve essencialmente a causas antropogénicas, são factos amplamente aceites na comunidade científica. A principal causa é a emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE) na atmosfera, resultante do uso de combustíveis fósseis, cuja intensidade aumentou desde o período pré-industrial.

O aquecimento global traduz-se num aumento contínuo da temperatura média da superfície da Terra, com efeitos a vários níveis como na saúde humana, no aumento do nível do mar, no degelo das calotas polares, na alteração de ciclos naturais da fauna e flora, na extinção de espécies, ou no aumento da frequência e intensidade de fenómenos climáticos extremos como precipitações excessivas e secas. Esses impactos serão sentidos de maneira distinta em diferentes regiões. Como Pequeno Estado Insular em Desenvolvimento (SIDS, por seu acrónimo em inglês), Cabo Verde é um dos países onde os efeitos das mudanças climáticas são previstos como mais expressivos, nomeadamente ao nível da diminuição da precipitação e do aumento das temperaturas médias anuais, o que reforça a necessidade urgente da adaptação climática.

O país tem sido afetado por precipitações decrescentes e irregulares, que estão na origem das secas cíclicas do país, como a severa seca de 2017 a 2019. As secas estão a conduzir à desertificação e degradação dos solos, afetando os já frágeis ecossistemas do país e levando à insegurança alimentar e ao aumento da urbanização. Isto exige mecanismos adequados de redução do risco de desastres e esquemas de proteção para as populações vulneráveis.

Estes fenómenos extremos, e cada vez mais frequentes, realçam a grande fragilidade dos SIDS e os graves constrangimentos económicos e ambientais que países como Cabo Verde estão a enfrentar. Apesar da sua contribuição insignificante para o aquecimento global, os SIDS sofrem fortemente com as suas consequências, e estão a pagar uma fatura excessivamente alta pelas mudanças climáticas. Para fazer face a esses desafios, Cabo Verde ambiciona criar parcerias fortes e implementar intervenções sustentáveis, visando reforçar as capacidades institucionais e melhorar a prestação de serviços às comunidades e às famílias, especialmente para mulheres, crianças, jovens, e pessoas vulneráveis.

É neste contexto que surge o presente documento, o **“Plano Local de Ação Climática e Acesso à Energia Sustentável e Clima de Boa Vista 2030”**, (SEACAP – Sustainable Energy Access and Climate Action Plan), conhecido comumente por Plano Local de Ação Climática (PLAC), promovido pela Direção Nacional de Ambiente, com o apoio do Programa de Ação Climática de LuxDev e da Câmara Municipal de Brava. O documento SEACAP do município da Brava segue o modelo implementado na Praia e Ribeira Grande de Santiago, conforme proposto pelo Pacto dos Autarcas para a África Subsaariana (CoM SSA, pelo seu acrónimo em inglês).

Lançado em 2015 pela União Europeia, a CoM SSA é um dos nove “pactos regionais” do Pacto Global de Autarcas para o Clima e a Energia (GCoM). O Pacto Global de Autarcas é uma aliança internacional entre redes de cidades, agências de desenvolvimento e instituições de financiamento, apoiando as cidades a fazer face ao duplo desafio da mudança climática e do acesso à energia sustentável para alcançar um futuro energético sustentável, resiliente ao clima e de baixas emissões. No âmbito do CoM SSA, as autoridades locais são convidadas a assumir um

compromisso político voluntário com a implementação de medidas em matéria de energia e clima nas suas comunidades, desenvolvendo uma estratégia de longo prazo.

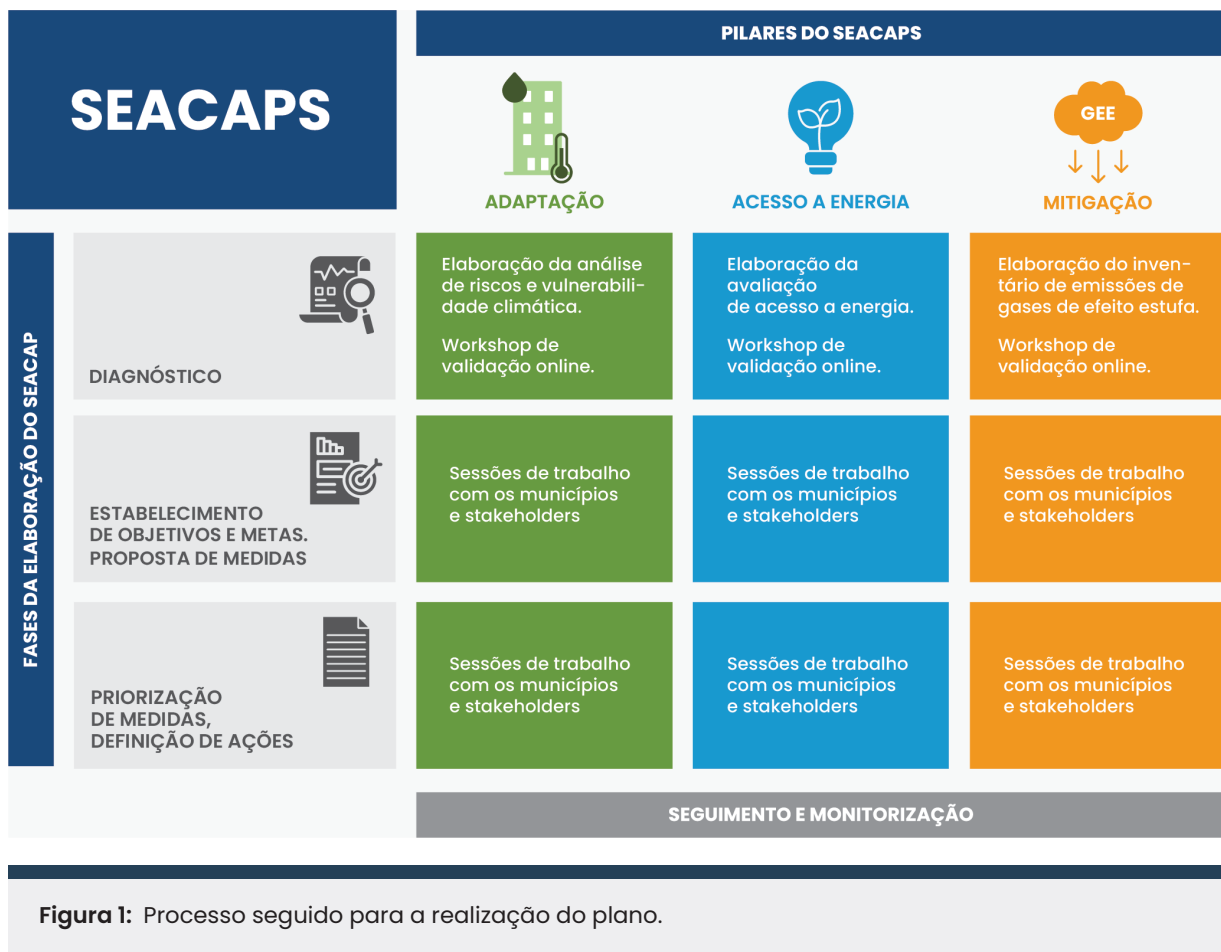
O SEACAP é um documento-chave que estabelece as estratégias, os planos e as medidas para um desenvolvimento sustentável e com baixas emissões de GEE, além de contemplar medidas de adaptação às alterações climáticas e garantir o acesso à energia segura, comportável e sustentável, como resposta aos impactos atuais e futuros das mudanças climáticas nos territórios. O SEACAP é um documento simultaneamente estratégico e operacional. Partindo dos resultados do inventário de referência das emissões (IRE), identifica os melhores domínios de ação e oportunidades para cumprir a meta da respetiva autoridade local em matéria de emissões de GEE. Tem por base a avaliação dos riscos e da vulnerabilidade (ARV) no domínio das alterações climáticas, que identifica os perigos e as vulnerabilidades climáticas mais relevantes dos municípios. Inclui igualmente uma avaliação do acesso à energia, que estrutura um plano para melhorar o acesso a energia segura, sustentável, comportável e fiável. Na elaboração do respetivo SEACAP, os municípios entendem que a atenuação e a adaptação devem ser complementares e integradas nas políticas setoriais em vigor, com o intuito de fomentar sinergias e otimizar a utilização dos recursos disponíveis.¹

O SEACAP foi desenvolvido para o município identificar e implementar ações e políticas de clima e energia com uma visão no longo prazo que aborda os três pilares: acesso à energia sustentável, mitigação, e adaptação climática através do desenvolvimento e implementação deste SEACAP. As ações de mitigação visam reduzir as emissões locais. As ações de adaptação procuram gerir os riscos de impacto climático identificados acima, a um nível aceitável para o município, tendo em conta as vulnerabilidades detetadas, e permitindo que todas as oportunidades positivas sejam aproveitadas.

O SEACAP foi realizado em colaboração com técnicos do município permitindo a sua capacitação no âmbito da ciência das mudanças climáticas, possibilitando a aplicação desse conhecimento nas intervenções quotidianas dos municípios. A [Figura 1](#) mostra o processo seguido pela equipa de trabalho para a realização do plano.

¹ Fonte: Guia para elaboração dos SEACAP





O SEACAP para o município da Brava tem como objetivos específicos:

- Identificar e avaliar os riscos e vulnerabilidade climática atuais e futuros e a capacidade adaptativa do município, de forma a definir opções e medidas de adaptação, considerando para o efeito, os seguintes setores chave: Água e Saneamento, Energia, Turismo e Saúde;
- Elaborar um instrumento de planeamento municipal, com proposta de ações concretas a desenvolver no Município e com identificação das potenciais fontes de financiamento;
- Dotar o município de uma estratégia de comunicação e divulgação do SEACAP que contribua para a sensibilização dos atores locais em relação às mudanças climáticas e para a necessidade da ação climática.
- Promover e criar as condições técnicas para a integração das componentes de adaptação e de mitigação no Plano Diretor Municipal (PDM) e no Plano Estratégico Municipal de Desenvolvimento Sustentável (PEMDS) a serem elaborados pelo município;

Em síntese, o Plano tem como principal objetivo, não só promover a integração da mitigação e da adaptação às mudanças climáticas no planeamento municipal, como também criar uma cultura de ação transversal aos diversos setores e atores estratégicos. Para que tal seja concretizado, foi atribuída grande importância ao acompanhamento técnico e à sensibilização dos atores locais.

1.2 Estrutura do SEACAP

Este relatório está estruturado de forma a poder fornecer uma visão abrangente e clara do SEACAP, facilitando a sua plena compreensão e eficaz implementação.

No **primeiro capítulo**, Introdução, é apresentado o contexto do projeto, descrevendo os objetivos do SEACAP e sua importância para a ação climática municipal. Também se oferece um panorama do município, incluindo as suas características geográficas, demográficas e socioeconómicas, além de destacar as necessidades e desafios locais. O capítulo também apresenta um resumo da legislação e normas relevantes que orientam o desenvolvimento e a implementação do SEACAP, garantindo que o plano esteja alinhado com as políticas nacionais. Uma revisão completa da legislação relativa às mudanças climáticas acompanha o SEACAP no Apêndice I. Por fim, explora-se como a integração da perspectiva de género é essencial para garantir que o SEACAP beneficie igualmente todos os grupos sociais e promova a igualdade de género nas ações climáticas e energéticas.

O **capítulo 2**, Avaliação de base, contém um resumo da identificação e avaliação dos riscos climáticos e das vulnerabilidades específicas do município (capítulo 2.1), fornecendo uma base para a priorização das ações de adaptação. As informações incluídas neste capítulo foram extraídas do relatório “Análise dos riscos e vulnerabilidade climática do Município da Brava” que acompanha o documento do SEACAP como Apêndice II. Este relatório visa identificar os perigos climáticos mais significativos e as vulnerabilidades do município, com um foco detalhado nos setores da água e saneamento, energia, turismo e saúde humana. É importante ressaltar que todos os resultados cartográficos apresentados no SEACAP e no Apêndice II, foram socializados com entidades nacionais, sendo validados pelo Instituto Nacional de Gestão do Território (INGT) e o Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB).

O capítulo 2 também inclui um resumo da avaliação de acesso à energia, destacando lacunas e oportunidades para melhorias, com detalhes no Apêndice III: “Avaliação de Acesso à Energia”. Paralelamente, o plano utiliza os resultados do Inventário de Referência das Emissões como base para identificar as áreas de atuação mais promissoras e oportunidades para alcançar as metas de redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) estabelecidas. As informações foram obtidas do inventário de gases com efeito de estufa que acompanha o SEACAP como Apêndice IV.

Finalmente é apresentado uma análise das forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas com a implementação do SEACAP, para facilitar a elaboração de estratégias mais eficazes.

No **capítulo 3**, oferece-se uma descrição da visão de longo prazo para o município em termos de sustentabilidade climática e energética, assim como uma definição dos objetivos específicos e metas mensuráveis a serem alcançados até 2030, alinhados com as diretrizes do SEACAP.

O **capítulo 4**, inclui as estratégias e ações planeadas para aumentar a resiliência do município em relação aos impactos das mudanças climáticas, e as ações destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa no horizonte 2030. Apresenta-se a redução de emissões prevista e as ações para melhorar o acesso equitativo a fontes de energia sustentáveis e modernas. O processo de elaboração deste Plano, desenvolvido em estreita colaboração com o município e os

agentes locais. Organizações das comunidades participaram nos workshops organizados e durante as visitas de terreno em que os peritos participaram juntamente com técnicos da Câmara Municipal, foram feitos contactos com comunidades locais, em várias localidades do município. Esse processo conduziu à identificação de medidas consideradas prioritárias e que constituem a base do presente Plano de Ação. Essas ações são apresentadas em pormenor e analisadas no Capítulo 4.3, especificando as atividades e metas definidas para a sua implementação. No caso das ações de adaptação, são incluídos os riscos que elas enfrentam e, no caso de ações de mitigação, é incluído o cálculo de redução de emissões correspondente.

No **capítulo 5**, analisa-se o modelo de seguimento e avaliação, apresentando mecanismos para monitorizar e avaliar a implementação do SEACAP. Também são detalhados a governança, especificando as responsabilidades dos diversos atores envolvidos na execução do plano, e a comunicação, com estratégias para promover a comunicação eficaz e a participação ativa da comunidade no processo de implementação do SEACAP. Este capítulo evidencia a necessidade de um modelo de governança participativo, que permita um diálogo contínuo entre os principais agentes responsáveis pela implementação das medidas, garantindo, assim, uma articulação eficiente das várias ações e uma visão coletiva para um município resiliente e sustentável.

Por fim, no **capítulo 6**, Orçamento e Fontes de Financiamento, inclui-se uma estimativa dos custos necessários para a implementação do SEACAP e a identificação de potenciais fontes de financiamento para apoiar a execução das ações previstas no plano de ação.

1.3 Enquadramento Municipal

O concelho da Brava abrange toda a ilha da Brava e o conjunto de ilhéus vizinhos, denominados de ilhéus Secos (incluem os ilhéus Grande, Cima e os pequenos ilhéus, Rei, Sapado e Luís Carneiro), para além de vários outros, de menores dimensões, sendo todos eles desabitados. A ilha da Brava é a menor ilha habitada do país. Com uma área de 64 km² é a segunda menor ilha do arquipélago, sendo maior apenas que a ilha de Santa Luzia, a qual não tem habitantes. Com capital em Nova Sintra, com uma área total de 6.251 ha e 1.426 habitantes (INE, 2021), a Brava apresenta um relevo acidentado, com uma altitude máxima de cerca de 1.000 m acima do nível do mar ([Figura 2](#)).

A ilha é caracterizada pela sua topografia montanhosa, com o monte Fontainhas alcançando 957 metros de altitude, e irradiando várias ribeiras, como Ribeira Garça, Ribeira da Cruz, e outras. Além disso, apresenta diversas baías notáveis, incluindo Furna, Fajã d'Água, e os portos de Ancião e do Caniço (Catálogo do Património Natural Terriotorial de Cabo Verde, 2015).

Em 2021, a ilha tinha um total de 5.647 residentes, dos quais 2.934 são homens e 2.713 são mulheres, e dos quais 3.396 (60,3%) viviam no meio rural. A pirâmide populacional da Brava é progressiva, com um envelhecimento muito baixo da população, embora tenha havido uma clara diminuição da população há 25 anos, que posteriormente voltou a aumentar. Apesar disso, a evolução da população no concelho tem vindo a diminuir desde a década de 70, altura em que foram registados 7.756 residentes no concelho (INE, 2021) ([Figura 3](#)). Essa perda de população resulta de um processo de emigração contínuo para outras ilhas ou países.

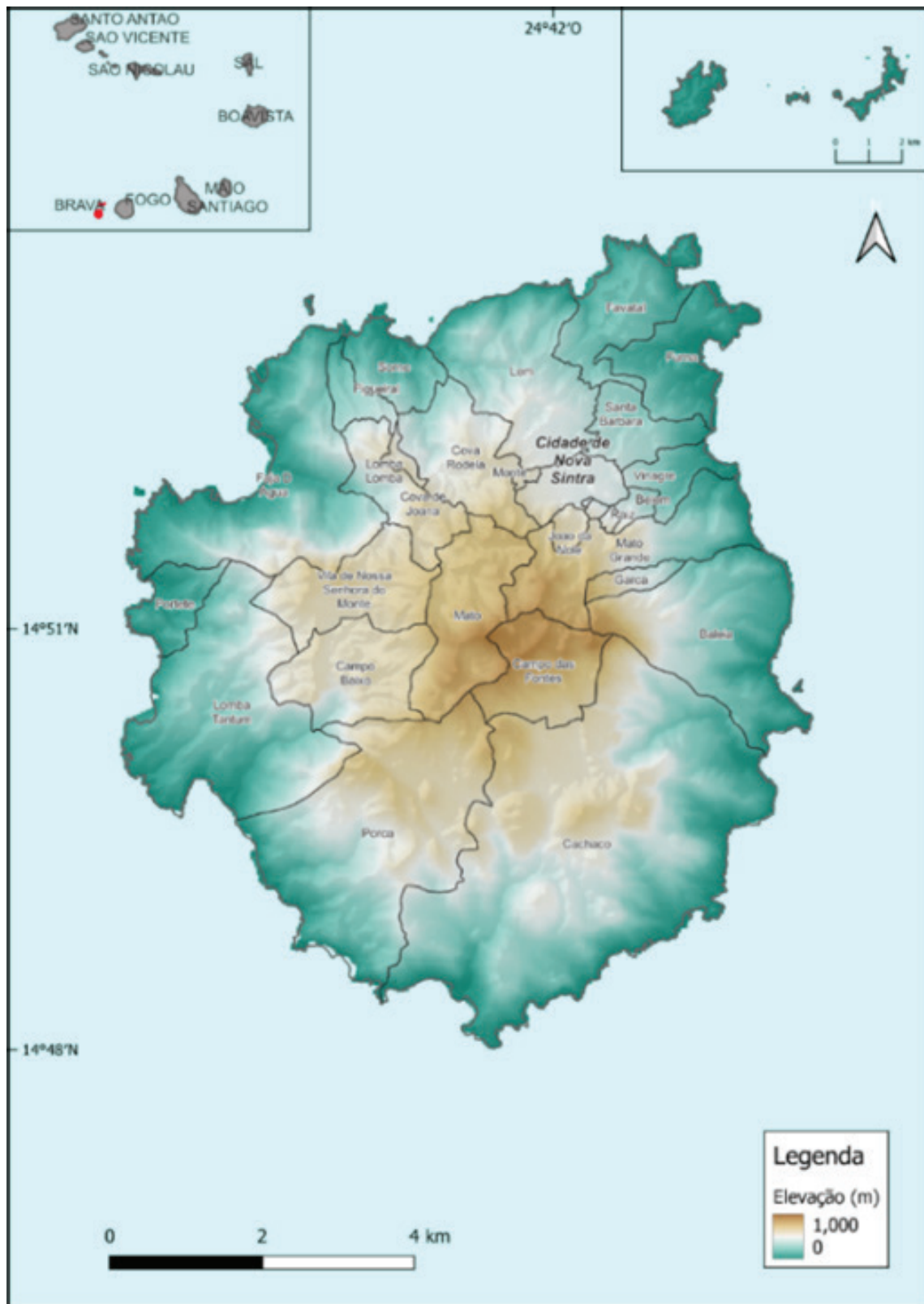


Figura 2: Mapa topográfico do município da Brava. Elaboração própria a partir de informações do (INGT, 2023).

Evolução da População do Município da Brava

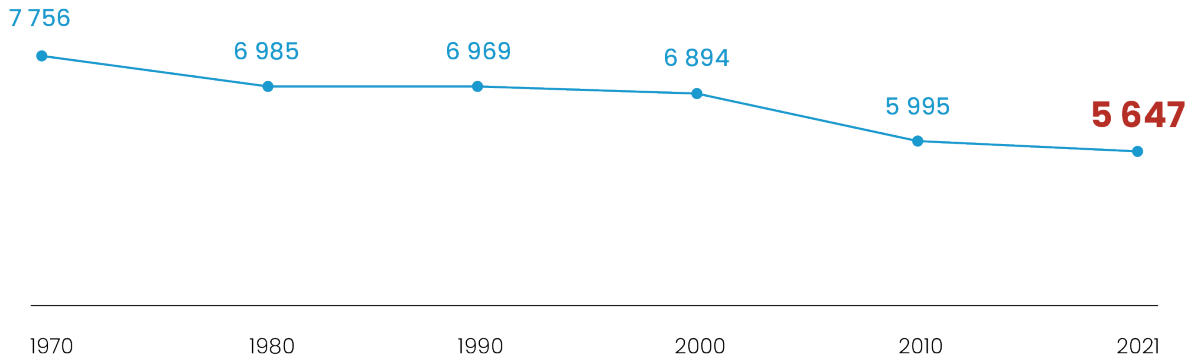


Figura 3: Evolução da População do Município da Brava. (Dados estatísticos do Município 2021, 2023)

Projeção demográfica 2040 - Brava

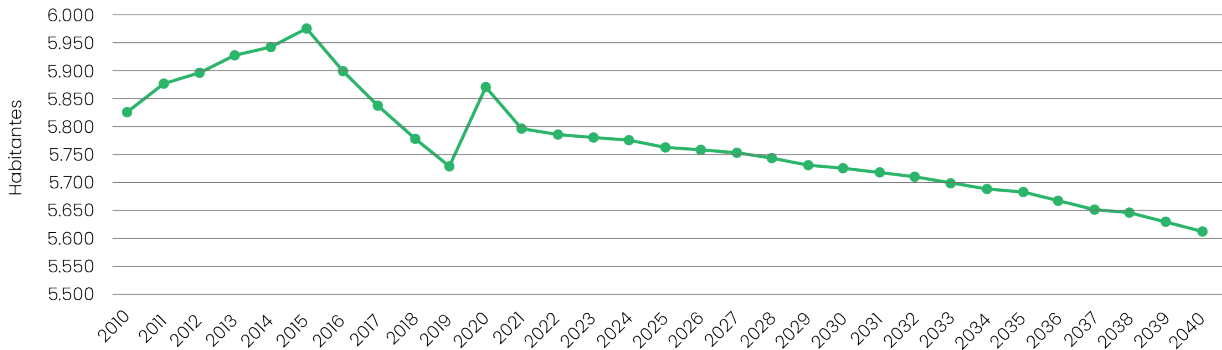


Figura 4: Projeção demográfica do município da Brava em 2040. (INE, 2021).

No geral, a projeção demográfica do município da Brava, apresenta uma perda populacional (Figura 4). O Censo 2021 confirma uma diminuição da população da Brava de 6.241 habitantes em 2018 para 5.647 habitantes em 2021. Numa primeira fase, até ao ano de 2015, os dados apontam para um aumento populacional atingindo um máximo de 5.977 habitantes, alternando em fases de perda e de ganho populacional entre 2015 e 2021. Após o ano de 2021, o município apresenta uma perda quase que constante, chegando a 2.040 com um total de 5.611 habitantes. É importante destacar que a projeção realizada estimava um total de 5.795 habitantes em 2021, porém com o censo de 2021 foi obtido um total de 5.647 habitantes, um valor menor do que tinha sido estimado.

A **contribuição da economia** da ilha para o total nacional é baixa. Segundo dados do INE, em 2017 essa contribuição representou 0,7% do total nacional, e, quando visto em termos de PIB per capita, está abaixo da média nacional, com 227.817 escudos/habitante em 2017 contra 321.945 escudos/habitante a nível nacional.

A economia é dominada pelos serviços não mercantis e pela administração pública, representando 27% do PIB em 2017. Outros setores relevantes são a construção civil, com 15%, seguida da agricultura e pecuária e dos transportes e comunicações, ambos com 14% do total da ilha. Ao contrário de outras ilhas, a atividade hoteleira e de restauração não é uma atividade importante na ilha, embora tenha registado um aumento progressivo ao longo dos anos, aumentando em mais de quatro vezes os seus valores, em relação a 2007. Segue-se a contribuição setorial para o PIB em 2017 da ilha da Brava (INE, 2019) ([Figura 5](#)):

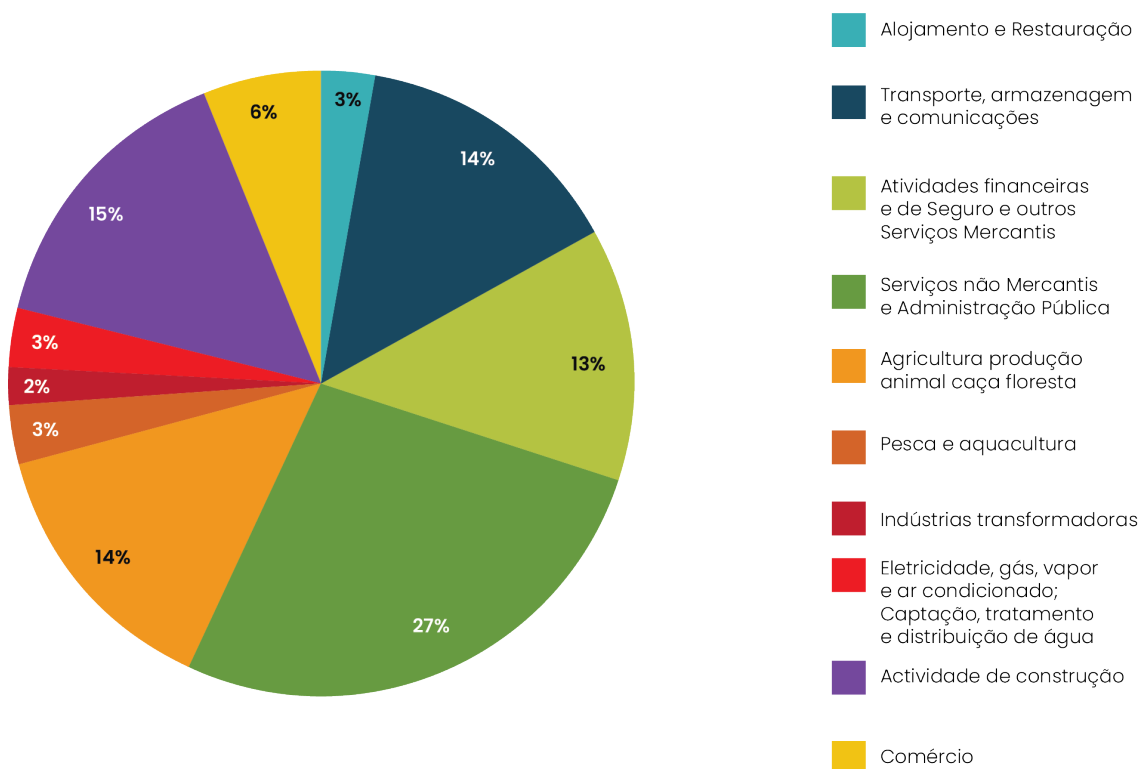
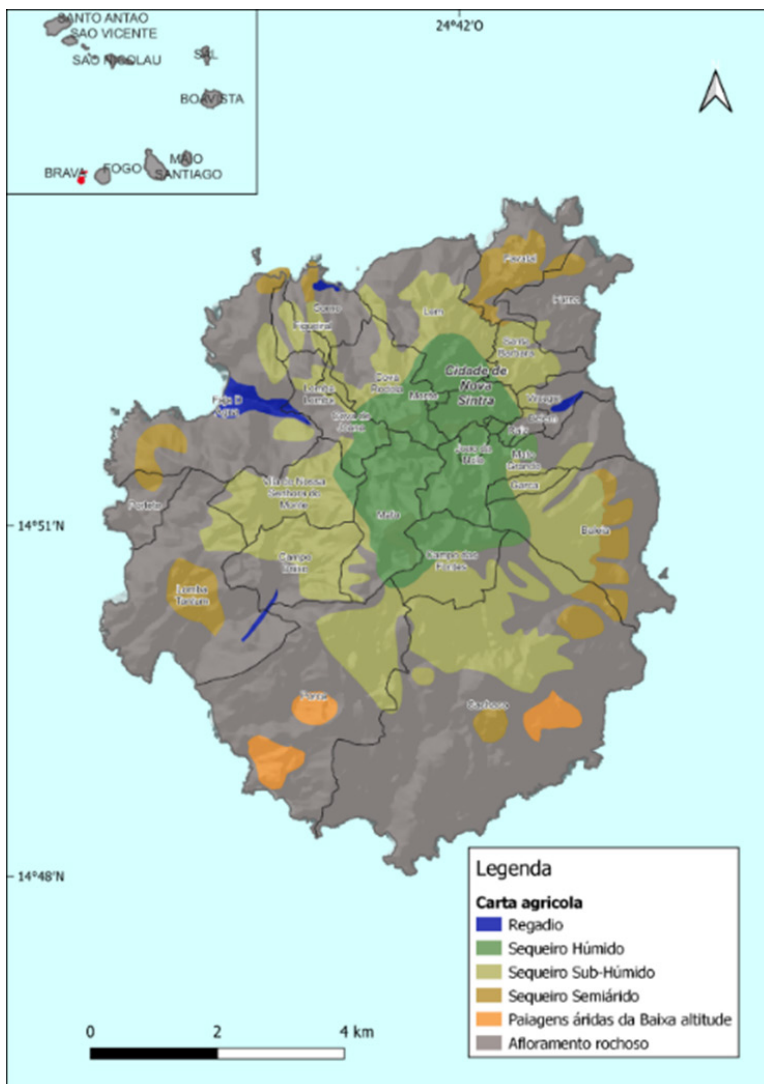


Figura 5: Contribuição setorial para o PIB da ilha Brava em 2017. (INE, 2019)

As consequências da pandemia da Covid-2019 na economia da ilha foram notáveis. Assim, em 2019, foram registadas 254 empresas ativas. Por outro lado, os dados mais recentes de 2021 indicavam uma recuperação da economia, sem ainda atingir os dados pré-pandémicos, com 206 empresas ativas (INE, 2023).

A atividade agrícola é exercida quase exclusivamente por empresas familiares, com a agricultura de sequeiro a dominar as culturas. Após consulta da carta agrícola da ilha, vê-se que o tipo de cultura dominante é o “sequeiro sub-húmido” que representa uma taxa de ocupação de 23%. É de notar que, como mostra a [Figura 6](#) e a [Tabela 1](#), quase metade da superfície (52,1%) é constituída por “afloramentos rochosos”.



TIPO DE CULTURA	SUPERFÍCIE (HA)	%
Afloramentos rochosos	3418,61	52,10
Pastagens áridas de baixa altitude	116,62	1,78
Regadio	61,93	0,94
Sequeiro húmido	804,67	12,26
Sequeiro semiárido	404,96	6,17
Sequeiro sub-húmido	1536,26	23,41

Tabela 1: Superfície de tipo de cultura da ilha Brava. (INGT, 2023)

Figura 6: Contribuição setorial para o PIB da ilha Brava em 2017. (INE, 2019)

Em termos de **biodiversidade**, a Brava apresenta uma área total de floresta de 1.024 hectares. As florestas xerófilas representam a maior porção da ilha, com um total de 637 hectares, seguidas das zonas agroflorestais, 211 hectares, e floresta aberta com 167 hectares, totalizando as regiões florestais da ilha, ainda com 377 hectares de zona arbustiva (Rego, Morais, & Colaço, 2021) e 9 hectares de floresta húmida. A ilha não possui nenhuma área protegida, sendo os Ilhéus Rombo, a nordeste da ilha, classificados como de Reserva Natural Integral. A maior parte da superfície da ilha é constituída por prados com uma cobertura de 37.9% da ilha. É seguida por solo nu, com uma cobertura de 31% da ilha. A representação do coberto arbóreo é mínima e atinge 2%.

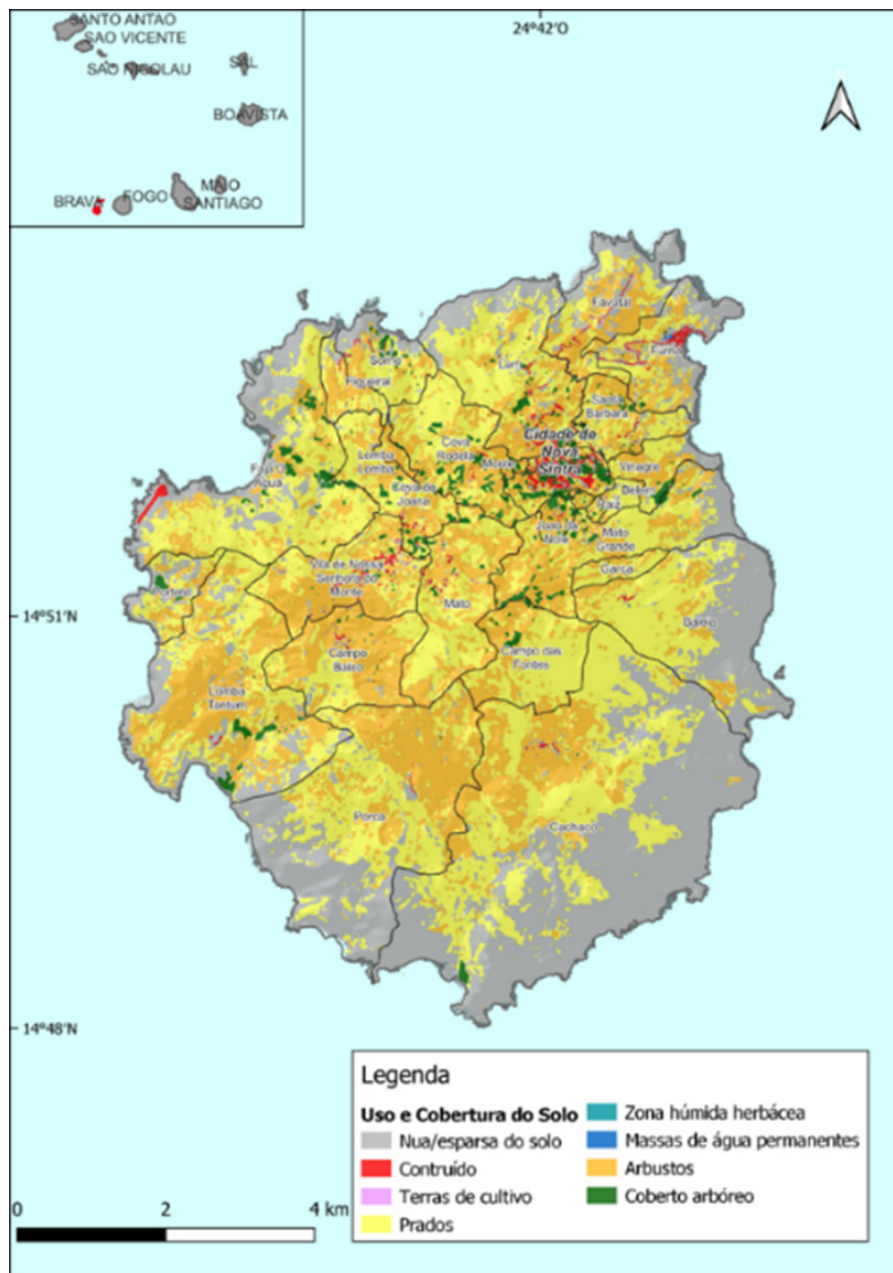


Figura 7: Uso e cobertura do solo da ilha da Brava. Elaboração própria baseada no mapeamento do (INGT, 2023)

As informações mais relevantes sobre os principais setores-chave analisados – Água e Saneamento, Energia, Saúde e Turismo – são apresentadas a seguir. Note-se que toda a informação aqui apresentada foi extraída do relatório de “Análise de riscos e vulnerabilidade climática do Município da Brava” em anexo ao presente SEACAP (Apêndice II). Por conseguinte, a informação é mais extensa e pormenorizada nesse relatório.

SETOR ÁGUA E SANEAMENTO

Sistema de Abastecimento de Água

- Brava é servida por uma empresa intermunicipal, a Aguabrava, SA., e a origem da água fornecida é, toda ela subterrânea – Nascentes (400 m³/dia);
- Infraestrutura: 1 nascente, 5 estações elevatórias, 64,9 km de condutas, 26 reservatórios;
- Disponibilidade: 207 m³/dia, excluindo a nascente de Ferreiros (250 m³/dia para agricultura);
- Problemas: Baixa capitação que resulta de uma disponibilidade inferior à procura e alta concentração de flúor na água, causando problemas de saúde oral;
- Solução: Central de dessalinização em construção (310 m³/dia, expansível para 600 m³/dia) em Furna, operando com energia convencional e fotovoltaica, a estar disponível a partir de meados de 2024;
- Impacto: Aumento da capitação de 37 l/hab/dia para 55 l/hab/dia (quase 50% de aumento). Possibilidade de uma nova rede de distribuição para água dessalinizada.

Saneamento

- Sistema Atual: Não há tratamento de águas residuais, predominando fossas sépticas (81%).
- **Condições de Habitabilidade (Censo 2021):**
 - Água Canalizada: 54,3% no interior do alojamento, 33,1% no exterior do alojamento, 12,5% sem água canalizada da rede pública, que são abastecidos pelas águas provenientes da casa dos vizinhos, de outras fontes de água (poços, levadas, nascentes...) ou em muitos poucos casos, de chafariz ou autotanque.
 - Saneamento Familiar: 53% sem banheira, 261 habitações não têm nem latrina nem sanita; 37 têm apenas uma latrina; 682 têm saneamento sem autoclismo e 812 têm saneamento com autoclismo. Estas percentagens são mais baixas nas zonas rurais, onde o número de alojamentos sem latrina ou saneamento é de 197, e reduzem-se a 64 nas zonas urbanas. Cerca de 84% dos alojamentos familiares da ilha dispõem de fossa séptica e 14% não dispõem de nenhum sistema de evacuação de excretas.
 - Disparidades: Verificam-se piores condições nas áreas rurais do que nas urbanas.
 - Plano Futuro: Construção de uma ETAR para tratar 360 m³ de águas residuais.

- **Desafios:** Reduzir as perdas de água (cerca de 35 % atualmente), e a fatura energética elevada, principal custo de produção devido à bombagem.

A [Figura 8](#) apresenta um resumo do diagnóstico de água e saneamento.

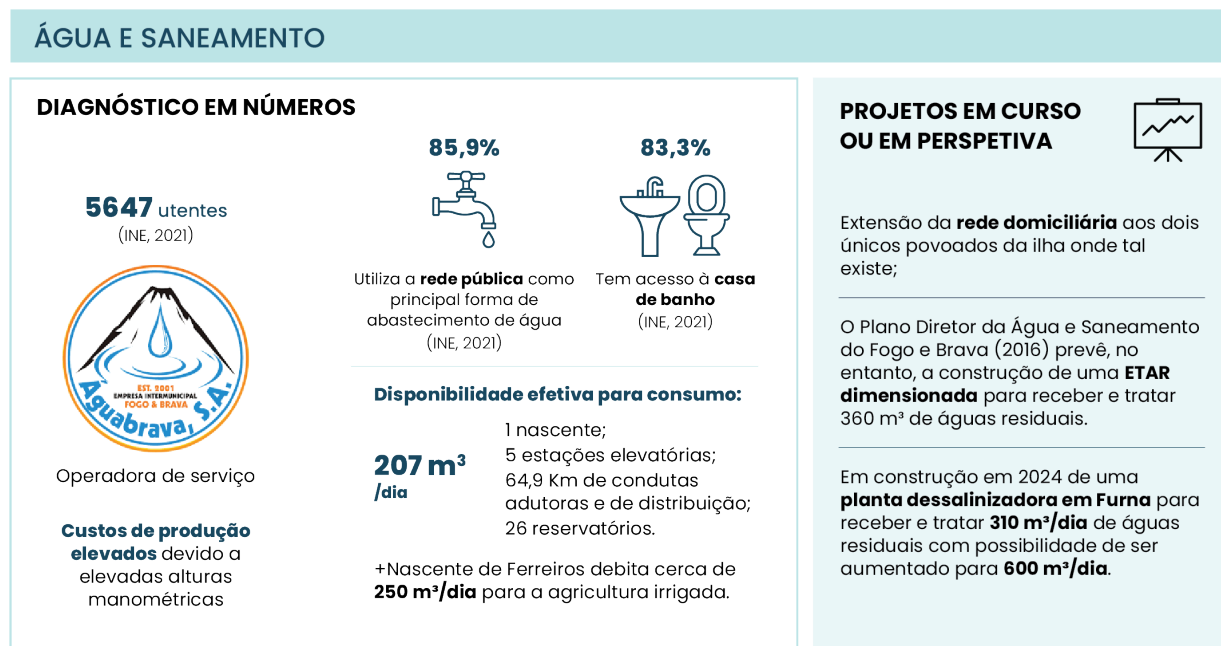


Figura 8: Água e Saneamento. Diagnóstico inicial. (Elaboração própria).

SETOR ENERGIA

- Operadora do serviço: ELECTRA Sul;
- Origem da eletricidade: Energia fóssil (produção: 3.115 MWh – consumo: 2.588 MWh);
- Condições de Habitabilidade: alta dependência de combustíveis fósseis importados, tarifas de eletricidade elevadas, e infraestrutura inadequada. As fontes de energia para cozinhar são principalmente gás, estando o consumo de lenha em minoria. 8% dos alojamentos não têm cozinha ou kitchenette.
- Em relação ao acesso à eletricidade, 95% dos 1.792 alojamentos familiares têm acesso à eletricidade proveniente da rede pública.
- Produção: Depende de fontes de energia importadas, como o diesel, com uma central térmica em Favatal (potência térmica instalada de 1.704 kW, potência térmica disponível de 1.380 kW, e produzindo um total de 3.114.844 kWh (2022)).
- Consumo: dados de 2022 indicam 2.596 clientes, com um consumo autorizado de 2.588.091 kWh e 513.014 kWh de perdas. O consumo é caracterizado por diferentes setores, sendo que

o setor com maior representatividade é o doméstico, seguido pelas instituições, comércio, indústria e agricultura.

- Interrupções: A ilha da Brava é o centro de produção com maior número de interrupções gerais de energia registado no ano 2022 (29 blackouts), bem como o maior tempo de interrupção (1.611 min).
- Potencial de Renováveis: Significativo, mas requer investimentos e soluções técnicas para integração eficiente. Atualmente em curso projeto BRAVA 100% Renovável e a construção de uma central fotovoltaica, destinada à dessalinização.
- **Desafios:**
 - Reduzir a fatura energética e perdas significativas na distribuição (16,5%).
 - Melhorar a infraestrutura de acesso à eletricidade nas áreas rurais mais remotas.
 - Reduzir a dependência de combustíveis fósseis e promover energias renováveis para aumentar a segurança energética e diminuir o impacto ambiental.

A Brava enfrenta desafios típicos das pequenas ilhas, necessitando de uma abordagem multifacetada para melhorar a eficiência energética e integrar fontes renováveis. A [Figura 9](#) apresenta um resumo do diagnóstico de energia.

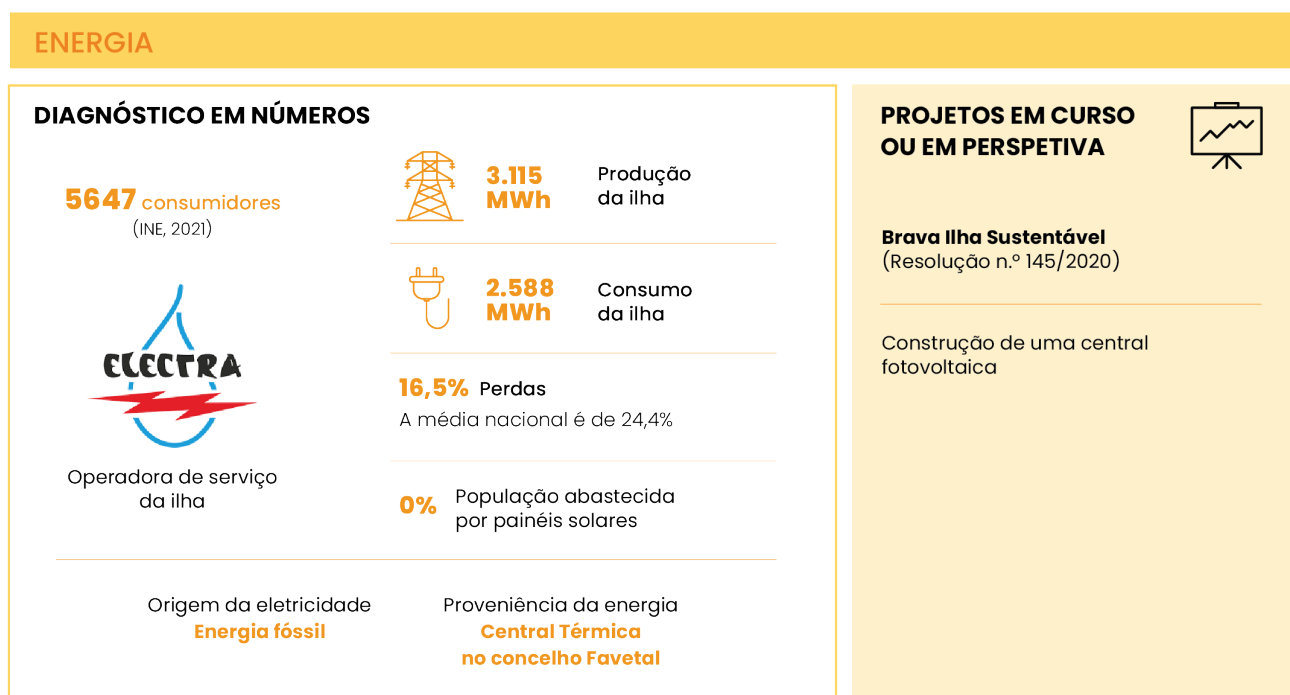


Figura 9: Energia. Diagnóstico inicial. (Elaboração própria).

SETOR SAÚDE

A Região Sanitária Fogo e Brava (RSFB), que abrange as ilhas do Fogo e da Brava, serve cerca de 41.000 pessoas. A RSFB tem como missão melhorar os cuidados de saúde, coordenando as delegacias de saúde e os hospitais regionais. As principais funções incluem planeamento, coordenação e avaliação de serviços sanitários, visando a eficiência e a otimização dos recursos. Em termos de infraestruturas e serviços na ilha, Brava possui um Centro de Saúde em Nova Sintra, dois postos sanitários e duas unidades sanitárias de base. Dispõe de recursos humanos limitados, incluindo três médicos e dez enfermeiros. Em 2023, foram realizadas 387 consultas de especialidades, principalmente ecografias, pediatria e ginecologia.

A ilha Brava enfrenta desafios de isolamento, sem aeródromo e com ligações marítimas irregulares, dificultando evacuações médicas para o Fogo e outras ilhas. Desde 2022, um navio da Guarda Costeira está permanentemente na ilha para transferências de doentes e patrulhas. A telemedicina tem sido uma ferramenta vital, com 82 teleconsultas realizadas em 2017, a maior parte beneficiando Brava.

As principais causas de morbilidade na RSFB são doenças respiratórias e sintomas mal definidos. Em 2023, Brava registou 742 atendimentos, a maioria por doenças crónicas, principalmente hipertensão e diabetes. A principal causa de mortalidade foi a paragem cardiorrespiratória.

Cabo Verde, vulnerável a surtos devido às mudanças climáticas, investiu na criação de capacidades técnicas e materiais, incluindo o Centro Nacional de Operações de Emergência em Saúde Pública. Após uma epidemia de malária em 2017, o país está na fase final de eliminação da doença. Brava não regista casos de malária há 35 anos, mas permanece em risco para outras doenças transmitidas por vetores.

Os desafios do setor da saúde em Brava, incluem a necessidade de mais especialistas e melhores infraestruturas de saúde. Apesar dos esforços, a ilha Brava enfrenta dificuldades no transporte de doentes e na disponibilidade de recursos diagnósticos. Promessas de construção de um novo Centro de Saúde e a presença de um navio da Guarda Costeira são passos importantes para melhorar a resposta à saúde na ilha. A [Figura 10](#) apresenta um resumo do diagnóstico de saúde.

SAÚDE

DIAGNÓSTICO EM NÚMEROS

Região Sanitária
Fogo e Brava

O Hospital Regional em Achada São Filipe tem como abrangência a totalidade da população das 2 ilhas.

 Situações de emergência

A Região Sanitária de Fogo e Brava regista taxas de utilização de consultas médicas superiores às das urgências médicas, acima da média nacional.

População de referência por infra-estrutura de saúde

Infra-estrutura	População
CS Brava	100%
PS Furna	10%
PS N. Sra. do Monte USB Lomba Tantum USB Cachaço	34%

*CS – Centro de Saúde

*PS – Posto Sanitário

*USB – Unidade Sanitária de Base

Evacuações nos Hospitais Centrais	Nº de doentes evacuados da ilha da Brava
Para o HAN - Não Urgentes (2016)	388
Para o HAN - Urgentes (2017)	10
Para o HBS - Não Urgentes (2014)	79
Para o HBS - Urgentes (2015)	0

DESAFIOS DO SETOR



- i) Transporte de doentes para o Fogo
- ii) A necessidade de se ter especialistas no município e maior consulta de especialidade
- iii) Dependência de importação de medicamentos
- iv) Sistema de informação sanitária não funcional
- v) Perda continuada de recursos humanos

PROJETOS EM CURSO
OU EM PERSPETIVA



Há promessa do Ministério da Saúde: será construído um novo Centro de Saúde na ilha, cujo financiamento já está garantido.

Figura 10: Saúde. Diagnóstico inicial. (Elaboração própria).

SETOR TURISMO

O turismo na ilha Brava não é a principal atividade económica, mas possui um potencial significativo para o desenvolvimento de um turismo de alta qualidade e exclusividade, complementando outras práticas económicas locais. O turismo é essencial para a diversificação económica e subsistência. No entanto, esses desafios climáticos ameaçam a sustentabilidade do turismo a médio e longo prazo, afetando a biodiversidade, recursos hídricos e energéticos, bem como infraestruturas turísticas.

A Brava dispõe de diversos recursos turísticos naturais e culturais (Figura 11), incluindo baías, montanhas, miradouros, piscinas naturais, e reservas naturais que atraem turistas interessados em caminhadas, fotografia, snorkeling, e observação da vida marinha. A ilha também dispõe igualmente de uma rica herança histórico-cultural, com festividades religiosas e populares, que podem ser promovidas através da internet e redes sociais para atrair mais visitantes.

Apesar de seus atrativos, a infraestrutura de transporte é limitada, com acesso restrito ao transporte marítimo, o que afeta diretamente o desenvolvimento turístico. A ilha tem poucos estabelecimentos hoteleiros e uma capacidade de alojamento limitada, o que representa uma oportunidade para investimentos em infraestrutura turística.



Figura 11: Recursos turísticos naturais da Brava. (Master Plan de Turismo 2019–2030. Ilha Brava)

A ilha Brava possui alguns **circuitos de visitação** (Figura 12). No entanto, estes circuitos carecem de infraestrutura, elementos facilitadores e uma melhor estruturação geral das atividades. Posto isto, o Master Plan do turismo propõe o fortalecimento dos circuitos existentes e a criação de novos:

1. **Essencial:** O circuito essencial abrange os principais atrativos turísticos da Ilha Brava.
2. **Nova Sintra:** Circuito de visitação pelo centro histórico de Nova Sintra, área de relevância histórica e cultural.
3. **Fajã d'água:** Visita à área oeste da ilha e às piscinas naturais de Fajã D'Água, onde os visitantes poderão tomar banho de mar e aproveitar atividades aquáticas.
4. **Trilhas:** Conhecida como o paraíso do trekking, e plenamente integrado na natureza, através de diferentes trilhas.
5. **Agroturismo:** O agroturismo tem como objetivo proporcionar uma experiência de imersão nas áreas rurais da ilha, nas quais os visitantes poderão vivenciar o modo de vida rural e os processos de produção.
6. **Património imaterial:** tem o potencial de atrair turistas nacionais e internacionais, interessados na cultura e história local.
7. **Ilhéus:** Promove uma volta ao redor dos Ilhéus.
8. **Mar:** Circuito a ser percorrido de barco, com paragem em atrativos turísticos ao longo da costa da ilha, como Fajã D'Água, Tantum e Furna.

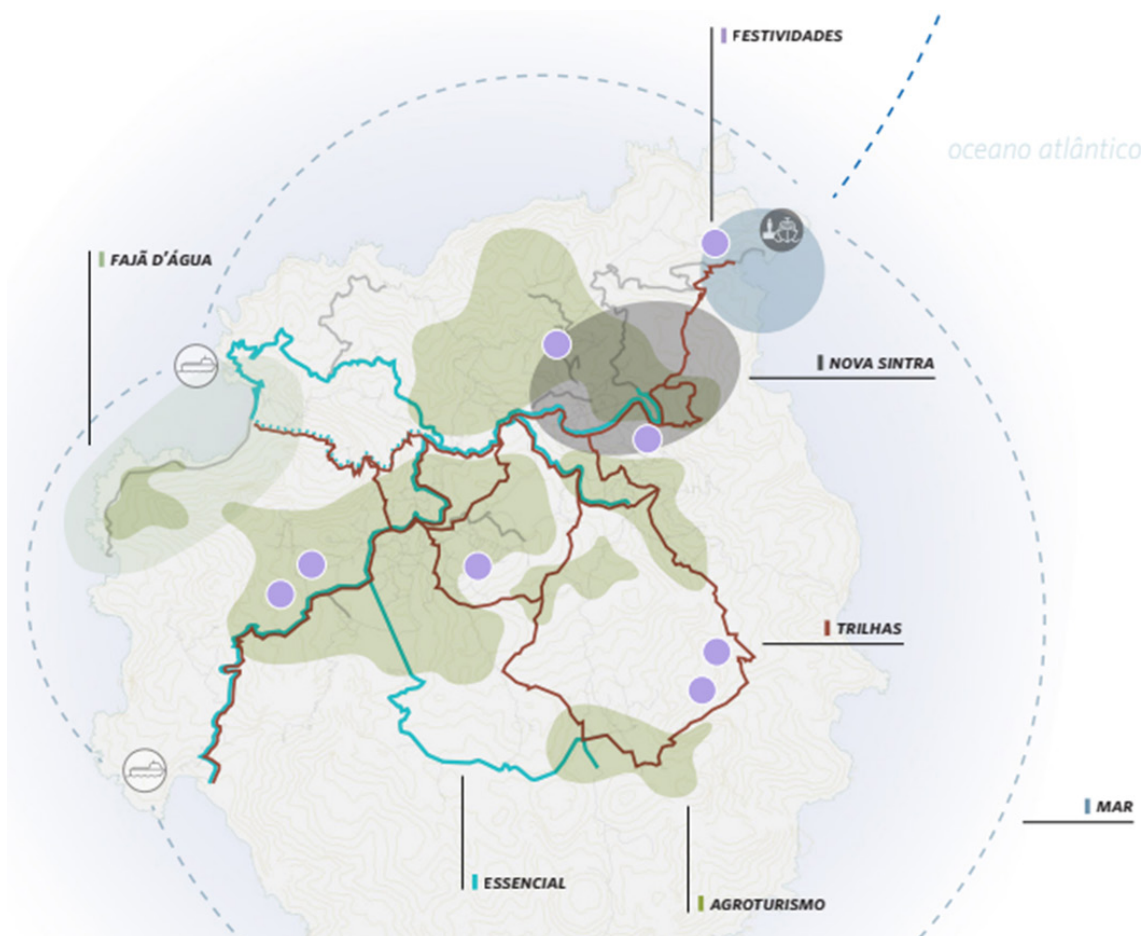


Figura 12: Circuitos de visitação (Master Plan do Turismo (2019–2030)).

A maioria dos turistas que visitam Cabo Verde viaja com pacotes turísticos “all inclusive”. Em 2022, a ilha Brava recebeu 789 turistas, a maioria em visita por motivos de férias. A promoção turística digital é crucial, dada a prevalência da internet como principal fonte de informação para os turistas.

Para um desenvolvimento sustentável do turismo, é necessário alinhar as atividades turísticas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), considerando as vulnerabilidades climáticas e promovendo políticas públicas específicas. A coordenação intersectorial e a integração das comunidades locais são fundamentais para um turismo inclusivo e justo, mitigando impactos negativos e potencializando os benefícios para a população local e o ambiente.

A [Figura 13](#) apresenta um resumo do diagnóstico de turismo.



Figura 13: Turismo. Diagnóstico inicial. (Elaboração própria).